

**PODEMOS FAZER
MAIS E MELHOR
PELAS MULHERES
E MENINAS HOJE?
SE A HISTÓRIA
SERVE DE GUIA, A
RESPOSTA É SIM.**

As ações combinadas da sociedade civil, de governos, de instituições de desenvolvimento e do UNFPA, nos últimos 50 anos, trouxeram novas oportunidades e possibilidades para mulheres, homens, meninos e meninas em todo o mundo.

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer antes que todas as mulheres e meninas tenham o poder e os meios para realizar plenamente seus direitos, decidir sobre seus corpos e tomar decisões conscientes sobre sua saúde sexual e reprodutiva.

Alcançar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva não é apenas uma questão de direitos, mas é também crucial para alcançar outros objetivos globais de desenvolvimento, inclusive os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Muitas mulheres hoje têm uma vida melhor do que a de suas mães e podem esperar algo ainda melhor para suas filhas. Essa esperança depende, em grande parte, de escolhas e da realização de direitos sexuais e reprodutivos para todas e todos.

Para atingir esse objetivo, os governos, a sociedade civil e as organizações internacionais devem se esforçar para alcançar:

TRÊS ZEROS—

ZERO necessidades não atendidas de contracepção

ZERO mortes maternas evitáveis, e

ZERO violências ou práticas nocivas contra mulheres e meninas.



Fundo de População
das Nações Unidas

Assegurando direitos e opções para todos desde 1969

www.unfpa.org/swop

Foto de capa: © Steve McCurry/Magnum Photos

 situação da população mundial 2019

DESTAQUES

UM TRABALHO INACABADO

A busca por direitos e escolhas **PARA TODOS E TODAS**

© UNFPA/M. Bradley

1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019



SUPERAR AS BARREIRAS

Em 1969, a mulher comum em todo o mundo tinha cerca de cinco filhos. Uma em cada três mulheres casadas estava usando alguma forma de método contraceptivo para postergar ou evitar a gravidez.

Naquele ano, a população mundial atingiu cerca de 3,6 bilhões de pessoas, 1 bilhão a mais do que havia 17 anos antes. No mesmo ano, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) foi criado para orientar os países em desenvolvimento sobre as implicações sociais e econômicas do crescimento populacional e sobre

o apoio aos programas nacionais de população, que começaram a distribuir contraceptivos em uma escala sem precedentes.

Por meio desses programas, escolhas reprodutivas reais tornaram-se uma realidade para mais e mais mulheres nos países em desenvolvimento. Consequentemente, as mulheres começaram a ter menos filhos. Milhões, finalmente, estavam ganhando o poder de controlar sua própria fecundidade.

Hoje, mais da metade das mulheres casadas usa algum método moderno

de contraceção e a taxa média global de fecundidade é de 2,5 nascimentos por mulher, cerca de metade do que era em 1969.

Nos últimos 50 anos, o movimento global para capacitar as mulheres a tomar suas próprias decisões sobre quando, com que frequência e com quem engravidar ganhou impulso. O direito de decidir, livre e responsabilmente, sobre o momento de ter filhos e o espaçamento entre eles foi reconhecido no Cairo em 1994, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, na qual 179 governos endossaram um programa global de ação que vinculava o empoderamento das mulheres, os direitos e a saúde sexual e reprodutiva ao desenvolvimento sustentável.

O acordo do Cairo, considerado um divisor de águas, tem sido a base fundamental do movimento global

de direitos reprodutivos nos últimos 25 anos. Ele uniu a sociedade civil, os governos, os grupos comunitários e as organizações, como o UNFPA, na busca de direitos e escolhas para todas e todos.

A agenda do Cairo ainda precisa, porém, ser cumprida para todas as pessoas em todos os lugares. Ainda há 214 milhões de mulheres que querem evitar a gravidez, mas não estão usando um método moderno de contraceção. Todos os dias, mais de 800 mulheres morrem de causas evitáveis durante a gravidez e o parto. Incontáveis milhões de mulheres afetadas por guerras ou desastres são excluídas dos serviços destinados a evitar uma gravidez ou ter um parto com segurança.

Muito mais precisa ser feito para derrubar as barreiras que impedem mulheres, homens e casais de exercerem plenamente seus direitos reprodutivos.

MANTER O FOCO NOS DIREITOS



© James Blair/National Geographic Image Collection

Em resposta às preocupações sobre o rápido crescimento populacional nas décadas de 1960 e 1970, governos, organizações não governamentais e instituições de desenvolvimento forneceram uma quantidade crescente de anticoncepcionais confiáveis e modernos a fim de capacitar as mulheres a administrar sua própria fecundidade.

Atingir as metas demográficas sem, no entanto, assegurar os direitos reprodutivos

era o principal objetivo de alguns dos primeiros programas de planejamento familiar, às vezes comprometendo a qualidade e a gama de serviços de saúde reprodutiva disponíveis para mulheres e homens. E, em alguns casos, os casais eram encorajados ou pressionados a ter menos filhos ou nenhum, às vezes infringindo direitos e escolhas ao longo do caminho.

Nos anos que se seguiram, o movimento pelos direitos reprodutivos ganhou força e, em 1994, chegou-se a um consenso global de que os indivíduos deveriam ter informações e meios para tomar suas próprias decisões sobre o momento de engravidar e o espaçamento entre as gestações.

As políticas populacionais do futuro devem assegurar e ampliar direitos.

ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO

De todos os obstáculos para a conquista e o exercício dos direitos humanos, inclusive os direitos reprodutivos, poucos provaram ser tão difíceis de superar quanto os baseados em gênero.

Enquanto a expressão de gênero varia através de contextos, em virtualmente todas as sociedades, gênero foi definido de maneiras que subordinam as mulheres aos homens,

© Abbas/Magnum Photos for MFA Italy



imbuindo as definições de masculinidade e feminilidade de diferentes níveis de poder e autoridade social, forçando a conformidade com estereótipos de gênero e restringindo a liberdade de todos. No cômputo geral, essas diferenças têm resultado em uma incapacitação sistemática das mulheres, cuja autonomia e a capacidade de tomar livremente decisões por si mesmas encontram-se limitadas em quase todos os aspectos da vida.

Normas de gênero não equitativas limitam a capacidade das mulheres de tomar livremente decisões fundamentais sobre quando e com quem fazer sexo, sobre o uso de contraceção ou cuidados de saúde e sobre se e quando buscar educação superior ou emprego.

Programas de saúde sexual e reprodutiva que levam em consideração como o gênero influencia a capacidade de agir com autonomia no contexto das relações e buscam promover uma maior igualdade abrem caminho para que mulheres e homens exerçam seus direitos reprodutivos.

ASSEGURAR DIREITOS EM TEMPOS DE GUERRA OU APÓS DESASTRES

Toda crise humanitária, seja por conflito ou desastre natural, causa a quebra dos sistemas, aumentando as múltiplas necessidades de proteção e serviços.

As crises podem ser extremamente angustiantes para mulheres grávidas e mães de crianças pequenas. Trauma e desnutrição são riscos na gravidez e, durante as emergências, muitas mulheres sofrem aborto ou dão à luz prematuramente.

A falta de condições básicas para um parto com higiene aumenta o risco de infecção fatal para mães e filhos. Complicações do parto na ausência de serviços qualificados ou atendimento obstétrico de emergência podem ser fatais quando os sistemas entram em colapso. A interrupção do planejamento familiar também pode levar a uma gravidez



© Brian Sokol/Panos Pictures

não intencional ou até mesmo ao aborto inseguro.

Estima-se que 35 milhões de mulheres, meninas e jovens vão exigir serviços de saúde sexual e reprodutiva, que salvam vidas, bem como serviços para lidar com a violência baseada no gênero, em contextos humanitários em 2019.

ACESSO PARA TODOS



© UN Photo/ILO

Os contraceptivos modernos tornaram-se amplamente disponíveis por meio de programas nacionais de população. Mas a disponibilidade nem sempre se traduziu em acessibilidade.

Barreiras econômicas, geográficas, institucionais e legais continuam a se interpor entre as mulheres, as informações e os serviços de qualidade de que elas precisam para assegurar direitos e escolhas em suas vidas sexuais e reprodutivas. Por exemplo, mesmo quando os serviços estão bem

próximos, uma mulher pode não conseguir acessá-los por causa de um marido que a proíbe de usar contraceptivos, porque os serviços são de baixa qualidade ou porque a clínica não oferece o método de contraceção de sua preferência. O acesso também pode ser bloqueado para alguns grupos, como jovens, adolescentes ou mulheres solteiras.

Houve progresso na expansão do acesso, mas esse progresso tem sido desigual. As desigualdades na saúde sexual e reprodutiva são profundamente afetadas por fatores como a desigualdade de renda e a qualidade e alcance dos sistemas, das leis e das políticas de saúde.

As barreiras remanescentes que impedem o acesso aos serviços devem ser derrubadas para que os direitos reprodutivos sejam usufruídos por todas e todos. Isso significa atender à necessidade de aproximadamente 214 milhões de mulheres - casadas ou solteiras - que querem evitar uma gravidez, mas que não têm acesso significativo à contraceção moderna.